

SILVA DIAS, José Sebastião da
Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)
(introdução e coordenação de Manuel Augusto Rodrigues),
Campo das Letras, Porto, 2006

Exultação e Decepção

Quando há poucos meses atrás, corria Outubro de 2006, me chegou a notícia da reedição da obra em epígrafe, a minha reacção foi de exultação. – Finalmente! E quando, tendo-me precipitado a encomendar o livro, alvoroçadamente o folheei e percorri, àquele sentimento de júbilo sucedeu uma imensa, funda, clamorosa decepção. Como passo a explicar.

O Professor José Sebastião da Silva Dias desapareceu já lá vai mais de uma dúzia de anos, em 1994, e, antes ainda desta data, dos escaparates a maior parte da sua ímpar produção historiográfica. Hoje, há muito que ela não está acessível ao público. Por diversas vezes e em diversas sedes – aliás, sempre que para tanto lobrigo ensejo –, me tenho insurgido contra tão ominoso ostracismo, que não pode deixar de envergonhar a cultura portuguesa – essa mesma cuja história ele iluminou com a sua lucilante inteligência aliada a uma tão fecunda quanto prodigiosa erudição. Como sofrer, com efeito, que esse ingente monumento da nossa historiografia, consubstanciado nos dois tomos e nas mais de mil páginas (e mais exactamente: LXXXIV+1003 pp.) – cada qual ressumbrando aquela inteligência e aquela erudição, servidas por uma prosa de incomparável rigor – de *A política cultural da época de D. João III*, que remonta a 1969, como sofrer que essa obra capital não tenha suscitado, senão da Universidade de Coimbra que teve a honra de a acolher, e já não digo de uma Fundação Calouste Gulbenkian a quem devemos, *v. g.*, a obra completa de Joaquim de Carvalho, mas pelo menos de uma Imprensa Nacional / Casa da Moeda (sempre tão dadivosa para astros sem luz própria, e cujos critérios editoriais são insondáveis...), ou até de outra qualquer mão munificente o bastante para resgatar um tesouro que só com muita fortuna se verá luzir em catálogo de alfarrabista, como sofrer, pois – e não é demasia esta cadeia de indignações –, que semelhante monumento não merecesse até agora, de nenhuma das entidades que tais, a elementar iniciativa de o republicar e pôr ao alcance dos interessados? Quem alguma vez se gastou na aturada leitura daquele mi-lhar de esplendorosas páginas sabe bem avaliar do escândalo de lesa-cultura que constitui sonegar e remeter para as profundas do olvido tamanho padrão. Enfim, nunca teve mais propriedade o aforismo de Terenciano Mauro: *Habent sua fata libelli...*

E esse mau sestro – dir-se-ia que uma *damnatio memoriae* – recaiu sobre praticamente todas as restantes espécies da bibliografia do grande Silva Dias. Conceda-se que,

nalgun canto escuso dalguma livraria retardatária ou em liquidação, o ocasional desprevenido possa, por bambúrrio, topar – e se lhe estiver cômico do valor, arrecadará logo a jóia – algum exemplar maltratado de *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI* (aparecido em 1973 e reeditado em 1982 pela Presença) ou do maneirinho, embora precioso, *Camões no Portugal de quinhentos* (ICLP, 1981). Vá lá que ainda remanesçam uns tantos jogos dos 2 Vols. em 4 Tomos de *Os primórdios da Maçonaria em Portugal* (Lisboa, INIC, 1980) ou umas poucas separatas da revista – que ele, Silva Dias, fundou – *Cultura, História e Filosofia* (Lisboa, INIC, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa) contendo ensaios de investigação tão cruciais quanto “Pombalismo e teoria política” (Vol. I, 1982), “Pombalismo e projecto político” (Vol. II, 1983, e Vol. III, 1984) e “O cânone filosófico conimbricense (1592-1606)” (Vol. IV, 1985)... Como porém a sorte é esquiva, e para poupar canseiras e frustrações, melhor talvez procurá-los em bibliotecas, de par – e não cabe aqui ser exaustivo – com *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)* (Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1960) e *O erasmismo e a Inquisição em Portugal. O processo de Frei Valentim da Luz* (Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1975).

Mas eis anunciada e disponível a reedição da primeira produção historiográfica de Silva Dias, originariamente inserida no XXVIII Vol. de *Biblos*, revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no já tão longínquo ano de 1952 (o autor, que apenas em 1958 ingressaria na docência e naquela academia, elaborou-a em Lisboa, de Março de 1948 a Maio de 1952) e no de 1953 objecto de publicação autónoma. Daí a exultação. – Finalmente! E, então, porquê a decepção?

Sucede que *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*, sendo uma obra pioneira, porquanto pela primeira vez sistematicamente se estudava a cultura portuguesa da época moderna, do Renascimento às Luzes, adentro do âmbito europeu-ocidental sem o qual ela carece de inteligibilidade, assinala, para que digamos, uma fase ainda primigénea do pensamento do seu autor. Desde ela, e até aos frutos mais sazonados desse pensamento, decorreram uns bons decénios plenos de avatares, de intensas e aprofundadas pesquisas, de novas e enriquecedoras perspectivas teóricas e epistemológicas. O Silva Dias de, pelo menos, os anos oitenta, estava longe de se reconhecer naquele que uma trintena antes lavrara o precursor ensaio ora reeditado. E assim expressamente o consignou no ano 1984 e em dois diferentes lugares.

O primeiro, numa entrevista ao n.º 3 (Abril/Junho) da revista *Prelo*, da IN/CM. Aí, questionado sobre: “Como encara, hoje, esse ensaio?” – o *Portugal e a cultura europeia* –, começou por referir que ele “era já um esforço de cientificação de problemas que habitualmente se abordavam no terreno da polémica política e/ou religiosa. Era, por assim dizer, um esforço para de lá arrancar esses problemas e fazer deles meros objectos de ciência” (p. 12). Atente-se no “era” e sublinhe-se o “esforço” (termo que aliás bisa), no que conotam

de distanciamento crítico e no que carregam de incompletude e assumida insuficiência; o que logo se confirma, quando prossegue na adversativa: “Mas o *Portugal e a cultura europeia* é um livro que tem um corpo relativamente grande encimado por uma cabeça excessivamente pequena – a problemática cultural de Quinhentos. O século XVI, que é o ponto de partida desse livro, está apenas aflorado. Por isso, saiu num volume de 300 páginas e vai aparecer agora reeditado em dois, de mais de 1200 páginas, em que entram 8 capítulos completamente novos” (*loc. cit.*). E na sequência da entrevista detalhava (o que só por economia aqui não se reproduz) até o índice e os conteúdos desses inovatórios capítulos; para rematar destarte o projecto de integral refundição da obra: “O novo *Portugal...* começa em 1520 e acaba em 1820. A última data marca, referencialmente, o advento de uma nova época na cultura portuguesa. Morre em 1820 a cultura que até aí tinha dominado e triunfa, em contrapartida, em meados do século XVIII, uma outra que desde então vinha lentamente a desenhar-se. Na primeira versão do meu livro, tinha parado em D. João V. Agora, tenho documentação vastíssima reunida sobre a consciência cultural e política adquirida por muitos portugueses nos princípios do século XIX” (p. 15).

Estes dizeres e estes propósitos surgem reiterados e desenvolvidos num magnífico texto de síntese – “Cultura e obstáculo epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal” – apresentado, em Junho de 1984, ao Congresso Internacional de Lusitanistas, realizado em Poitiers (texto publicado no Vol. I de *A abertura do mundo. Estudos de História dos Descobrimientos Europeus*, organização de Francisco Contente Domingues e Luís Filipe Barreto, Lisboa, Presença, 1986, pp. 41-52), e em cujo parágrafo introdutório o autor, partindo do *Portugal e a cultura europeia* de 1953 – que é sempre o seu declarado *dies a quo* de historiógrafo – procede a um *aperçu* da sua trajectória historiográfica: “As minhas concepções epistémicas alargaram-se e reformularam-se grandemente nos 37 anos que decorreram até 1980, quando saíram do prelo os Tomos I e II do Volume I de *Os primórdios da Maçonaria em Portugal (...)*. De então para cá, a minha utensilagem mental aperfeiçoou-se mais ainda” (p. 41).

Escusado encarecer o significativo destes enunciados. Mas, para melhor se aferir da evolução intelectual de Silva Dias, cumpre transcrever na íntegra o parágrafo subsequente:

«Teófilo Braga e Hernâni Cidade haviam explicado a nossa marginalidade face à cultura europeia, do Renascimento ao Iluminismo, pela existência de um obstáculo político associado a um obstáculo religioso, no Portugal dessa época. Aceitei essa explicação no *Portugal e a cultura europeia*, embora aprofundando-a em informação e em conceptualização, levadas mais longe em *A política cultural da época de D. João III*. Foi só quando escrevi *Os Descobrimientos e a problemática cultural do século XVI*, que dei conta de outro obstáculo à nossa convivialidade, ao nosso diálogo com a cultura europeia: o obstáculo epistemológico. A consciência do ser e funcionalidade desse obstáculo atingiu a plenitude,

há três anos, quando comecei a escrever, com o mesmo título e o mesmo tema, um novo *Portugal e a cultura europeia (1520-1820)*, que, “*sic dii fovent me*”, sairá a lume, em três tomos, nos finais de 1987» (p. 42).

Desgraçadamente não, os deuses não favoreceram o incansável obreiro, e o novo *Portugal e a cultura europeia*, que seria o *dies ad quem* da sua profícua e ascensional carreira (malgrado o escabroso do caminho) – as monografias que no entretanto foi escrevendo, “ora breves, ora extensas, [incidiram todas] sobre aspectos parcelares do grande problema” (p. 41) – não chegou a sair a lume. E o que veio a sair agora foi, a despropósito, aquele remoto *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)* que constituiu o seu *alpha* historiográfico e que ele levou uma vida inteira a ampliar, a aprofundar, a refundir.

Nada teríamos a objectar à presente reedição se ela se integrasse num plano de reedição global e crítica das obras de Silva Dias; ou, ainda que assim não fosse por mínima de meios, se prefacialmente nela ficasse exarado, para notificação do leitor, mormente daquele que pela primeira vez toma contacto com a insubstituível produção historiográfica do Mestre, aquele trajecto evolutivo que atrás sumariámos e que o próprio consignou na entrevista e no artigo citados. Contudo, o coordenador desta reedição abstém-se dessa promordial diligência e limita-se a atestar em meia dúzia de linhas da derramada e digressiva “Introdução” (pp. 7-49) que para o livro escreveu: “O seu autor tencionava reeditá-lo, como nos confidenciou várias vezes, refazendo-o e actualizando a bibliografia de que se serviu. Ao procedermos agora a uma nova publicação, desejamos homenagear a sua memória que se mantém viva no coração de quanto usufruíram da sua estima e amizade e ficou perpetuada no que escreveu e realizou em prol da nossa história da cultura, das ideias e da filosofia” (p. 7).

Ficam-lhe bem a pias intenções, porém não deixa de ser sobremaneira írrita a pretensão de confidente de quem proclamou, *coram populo*, as insuficiências do livro e revelou até o teor da sua integral reformulação. Impunha-se, sobretudo, recolher na “Introdução” os passos, acima transcritos, em que o autor vincadamente o manifestava. Sem o quê, pesem embora os protestos “de quem teve a dita de ter tido Silva Dias como seu Mestre e de ter feito parte do círculo de amigos da sua família” (p. 48), írrita é outrossim a homenagem que arvorou tributar a um dos maiores expoentes da cultura portuguesa no século que passou.

E pois que, por todo o exposto, à precipitada exultação sucedeu a consternada decepção, resta esperar que instância competente e criteriosa proceda à urgentíssima edição crítica da *opera omnia* de José Sebastião da Silva Dias.

António Rosa Mendes